

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA EXECUTIVA**

NOTA TÉCNICA nº /SECEX/MME

Brasília, de julho de 2009.

Assunto: **Análise do Substitutivo ao
Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997.**

OBJETIVOS

Esta Nota Técnica tem como objetivo apresentar uma avaliação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009-B, de 1997, considerando as principais diretrizes que devem guiar a inserção dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis no desenvolvimento do planejamento hidroenergético da expansão do sistema elétrico, no tocante aos empreendimentos hidrelétricos, bem como avaliar o aparato legal-institucional do tema, para o posicionamento do Ministério de Minas e Energia – MME sobre o assunto.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO PLANEJAMENTO

O Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico sustentável do país, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com a questão ambiental.

As ações do MME, dada a horizontalidade do tema, buscam se integrar com as de outros órgãos setoriais, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido, espera-se produzir uma ação organizada e coordenada com o poder público e com os anseios da sociedade.

Compete à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE subsidiar o MME na formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, criado pela [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), regulamentada pelo Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

Finalmente, considerando que o CNPE é um órgão com representação interministerial, das unidades federadas e da sociedade civil, garante-se a natural harmonia entre as políticas públicas e diretrizes para o setor de energia, bem como

o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável, e, conseqüentemente, de seus órgãos internos, em especial da SPE, na execução de suas ações.

PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NACIONAL

De acordo com a Constituição Federal¹, é da competência da União explorar os serviços e instalações de energia elétrica, assim como é dever do Estado exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo incumbência do Poder Público a prestação de serviços públicos. Como decorrência, pode-se concluir que é responsabilidade do Estado prover os meios para que se desenvolva adequadamente a oferta de energia elétrica.

As atividades de planejamento do setor energético nacional foram retomadas, a partir do final de 2004, com a aprovação do Novo Modelo Institucional do Setor Elétrico, no qual inseriu-se a recém criada Empresa de Pesquisa Energética - EPE. O planejamento foi priorizado como uma atividade imprescindível para o estabelecimento das políticas energéticas nacionais, em particular para a expansão do sistema elétrico, visando atender ao mercado com qualidade e confiabilidade e custos adequados.

Estas atividades são desenvolvidas pelo MME em perfeita sintonia com o Conselho Nacional de Políticas Energéticas, onde estão presentes diversos Ministros, inclusive o do Meio Ambiente.

O Planejamento foi retomado com duas características fundamentais: visão estratégica de longo prazo e consideração de todos os energéticos que compõem a matriz energética brasileira. No período 2005/2008, foram desenvolvidos os estudos estratégicos de longo prazo, consolidados no Plano Nacional de Energia 2030 e na Matriz Energética Nacional 2030. Adicionalmente, foram desenvolvidos três Planos Decenais correspondentes a três ciclos anuais de planejamento. O último deles considera o horizonte 2008/2017, estando atualmente em fase de Consulta Pública.

O Plano Decenal 2008/2017, em fase de conclusão, tem como objetivo definir um cenário de referência para a implantação de novas instalações na infra-estrutura de oferta de energia, necessárias para atender aos requisitos do mercado, segundo critérios de garantia de suprimento pré-estabelecidos, de forma ambientalmente sustentável e minimizando os custos totais esperados de investimento e de operação dos empreendimentos energéticos. São consideradas as diretrizes e as prioridades definidas nos estudos estratégicos de longo prazo do Plano 2030.




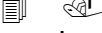

Em relação ao setor elétrico, e em especial quanto à expansão do parque gerador de energia elétrica, este plano apresenta uma configuração de referência para expansão do parque hidrelétrico aderente às projeções de mercado, às diretrizes definidas pelo MME e às demais premissas conjunturais estabelecidas pelo CMSE e os projetos do PAC, coadunados com o interesse nacional.

Do total da expansão de geração de energia elétrica de 54.077 MW no período que vai de 2008 até 2017 indicadas no PDE, 32.632 MW de capacidade instalada referem-se à expansão da geração hidrelétrica tão somente. Ademais, o PDE apresenta um cronograma detalhado da expansão da hidreletricidade, bem como



¹ Artigos 21, inciso XII, letra “b”, 174 e 175.



das outras fontes, recepcionando o aparato legal vigente, tornado público por meio do amplo debate com a sociedade.



4.DIRETRIZES E OBSERVAÇÕES SOBRE A HARMONIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE TRANSPOSIÇÃO HIDROVIÁRIA DE NÍVEIS E O PLANEJAMENTO ENERGÉTICO NACIONAL



-  **Princípio da Separabilidade.** O princípio geral a ser seguido entre setores usuários dos recursos hídricos, na configuração de uso múltiplo, deve ser o da total separação de responsabilidades. Cada setor obriga-se na implantação dos seus empreendimentos, seja na fase de estudos, investimentos, projetos ou execução das obras e suas operações e manutenções, almejando reduzir a possibilidade de externalização de custos entre o setor de transporte, modalizado, e o setor de energia, altamente interligado.
-  **Princípio da Independência dos Processos.** Cumpre reforçar que, deve-se favorecer a independência entre os processos referentes aos empreendimentos de energia e os referentes aos empreendimentos de transporte, almejando prover uma percepção de risco e custos associados correta aos empreendimentos.
-  **Simultaneidade.** Em decorrência do Princípio da Independência dos Processos, salienta-se que a simultaneidade de construção entre o empreendimento hidrelétrico e os dispositivos de transposição hidroviária de níveis não deve ser peremptório legalmente, nem deve ser imputado ao concessionário do setor de energia elétrica. Ainda que, como mencionado, o planejamento de longo prazo do setor elétrico possa vir a disponibilizar informações que permitam identificar as oportunidades de instalação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, deve ser considerada a situação mais comum, aquela em que há completa independência entre os setores. Assim, o mais apropriado é que os processos e estudos sejam separáveis desde o início.
-  **Implicações Energéticas.** As implicações energéticas da implantação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis podem ser compreendidas considerando dois aspectos principais. O primeiro sendo as perdas de energia firme associadas às parcelas de vazão comprometidas para o funcionamento (enchimento) de eclusas, que não serão turbinadas, mas sim defluídas por estas. O segundo aspecto, mais importante, refere-se às perdas de energia firme devido a restrições operativas. Neste sentido deve-se considerar que o aproveitamento pode ser submetido a limitações no seu deplecionamento para garantir tirantes a montante, e pode ser obrigado a defluir uma vazão maior do que a que seria defluída pela operação normal do reservatório, para garantir tirantes à jusante, assim o impacto energético pode ir além do simples volume de eclusagem, podendo ser, este segundo impacto, substantivo.
-  **Impactos Sobre a Energia Velha.** Faz-se forçoso observar que no sentido de resguardar a energia velha com o seu custo de investimento já

depreciado, a simples separabilidade de custos e processos pode não ser suficiente, devido a influência de restrições operativas na energia assegurada. Assim sugere-se cautela no trato do aparato legal no tocante à energia velha, de modo que sejam preservados contratos ou atos de outorga para geração de energia existentes.

  **Definição por Meio das Características Básicas.** De acordo com o Manual de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas – MIHBH de 2007, os estudos de inventário hidrelétrico, no caso dos cenários de usos múltiplos indicar a ocorrência de desvios de eclusagem, devem considerar um arranjo geral que acomode a instalação da eclusa. Por outro lado, não há necessidade, nesta etapa de planejamento, de estudos mais detalhados do sistema de transposição hidroviária de nível, ficando estes para a etapa de viabilidade do empreendimento. Em relação aos custos de construção deve-se admitir que os custos específicos das eclusas não serão incorporados aos custos dos aproveitamentos hidrelétricos.

  **Soluções Localizadas.** Cabe lembrar que, na medida da possibilidade, dificuldades locais de transposição deveriam ser solucionadas de modo integrado, porém com soluções também localizadas, considerando a modalização do transporte e as alternativas de transposição existentes. Assim, as eclusas por vezes podem ser substituídas por outros modais ou dispositivos de transposição com custo inferior e postergação de dificuldades e essa opção deve ser considerada.

  **Observação 1.** De acordo com o MIHBH 2007, no caso de identificação de trechos de rio navegáveis, antes ou após a implantação dos reservatórios estudados no inventário, todos os aproveitamentos estudados localizados nestes trechos deverão ser concebidos de forma a permitir a transposição de nível.

  **Observação 2.** Faz-se cogente reforçar a necessidade de um planejamento do transporte aquaviário efetivo e referencial. É pouco salutar avançar em discussões sobre o tema sem um planejamento referencial. Tal quadro gera dúvidas sobre quais rios possam ser considerados navegáveis e sobre o quadro geral dos equipamentos de transposição hidroviária de níveis a serem implantados, em especial quanto à cronogramas de implantação, sem deixar de mencionar outras obras igualmente relevantes nos mesmos cursos de água, como derrocamentos e dragagens e, por fim, as informações indispensáveis sobre as características dos comboios tipos necessárias ao dimensionamento dos equipamentos de transposição de níveis.

10 . Licenciamento Ambiental: é importante integrar o Planejamento do Sistema Hidroviário Nacional às diretrizes ambientais necessárias para mitigação e controle dos possíveis impactos associados à construção e operação de dispositivos de transposição hidroviária de nível. No entanto, cabe ressaltar que os critérios de exigibilidade e avaliação dos riscos e impactos ambientais são demandas já incorporadas ao processo de licenciamento ambiental, adotados pelos órgãos gestores competentes, para as atividades de Obras Cíveis, Geração Hidrelétrica e Uso de Recursos Hídricos. e

11. Mecanismos de transposição hidroviária de níveis: Existe atualmente uma preocupação da comunidade científica com o tema, visto que diversos trabalhos

científicos têm demonstrado a ineficiência de alguns mecanismos de transposição, que podem alterar toda a estrutura da comunidade de peixes na bacia hidrográfica. Assim, para esse tema, tem sido apontada a necessidade de estudos específicos, considerando as peculiaridades de cada bacia e da ictiofauna associada determinando seus hábitos alimentares, reprodutivos e suas estratégias de conservação peculiares. Assim é recomendado que mecanismos de transposição para proteção da ictiofauna quais sejam: escada, elevador, canal lateral ou mesmo o manejo da pesca a montante e a jusante de barramentos sejam avaliados caso a caso, ao longo do processo de licenciamento ambiental.

5. ANÁLISE

5.1 INTRODUÇÃO

Do Relatório do Projeto em avaliação, consta que:

“O Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, originário do Senado Federal, propõe que se torne obrigatória a implantação de eclusas em todas as barragens a serem construídas em rios navegáveis. Propõe, também, um conjunto de medidas destinadas à preservação da fauna aquática, constituídas por obras e ações que possibilitem a migração dos peixes (piracema) e proporcionem o transbordamento dos rios em trechos com incidência de lagoas marginais, propiciando a entrada de ovos e a saída de peixes jovens.

O projeto reforça a obrigação, já prevista na legislação ambiental, de que o licenciamento ambiental de barragens para fins hidrelétricos acima de dez megawatts, para abastecimento público (saneamento) e para retirada de água para irrigação dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental, o qual deverá ser aprovado pelo órgão competente. Condiciona a emissão da Licença Prévia à indicação de medidas que possibilitem a migração de piracema, ou de estações de piscicultura, e ao inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante do barramento. Prevê que a Licença de Instalação só poderá ser emitida após a aprovação, pelo órgão municipal ou estadual competente, ou, em caráter supletivo, pelo Ministério dos Transportes, do estudo de viabilidade da barragem, incluindo, quando o rio for navegável, a implantação de eclusa.

Como penalidades pela não observância de suas disposições, o Projeto prevê multa correspondente a um mínimo de 20% do valor do empreendimento, restrição ou perda de incentivos e benefícios fiscais e a perda ou suspensão de participações do empreendedor em licitações do setor público e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

O projeto já foi submetido à apreciação da Comissão de Viação e Transportes, que o aprovou na forma de Substitutivo proposto pelo Relator, Deputado Eliseu Padilha.”

Na análise que se inicia, orientamo-nos por alguns princípios, já observados em debates anteriores sobre o tema. Primeiramente, tanto quanto possível a discricionariedade do Administrador, importante no trato das questões de infraestrutura, foi valorada, normando os aspectos principais à revelia dos subsidiários.

Em seguida, observou-se o princípio da separabilidade de custos e processos no uso dos recursos hídricos, almejando reduzir a possibilidade de externalização de

custos entre o setor de transporte, modalizado, e o setor de energia, altamente interligado. Isto significa que custos locais de transportes, que poderiam ser tratados e resolvidos localmente, poderiam ser exportados para toda a economia através da tarifa de energia. Analogamente, tanto quanto possível, favoreceu-se a independência entre os processos referentes aos empreendimentos de energia e os referentes aos empreendimentos de transporte.

Ademais, entendeu-se que, na medida da possibilidade, dificuldades locais de transposição deveriam ser solucionadas de modo integrado, porém com soluções também localizadas, considerando a modalização e as alternativas de transposição existentes.

Finalmente, houve a preocupação no sentido de resguardar a energia velha com o seu custo de investimento já depreciado, cujos prazos de outorga vencerão em anos vindouros.

5.2 ANÁLISE DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3009-B, DE 1997

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água

Comentário. Com referência a inclusão de “dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática” na implantação de barragens, deve ser observado que mecanismos de transposição de barragens para a manutenção da fauna aquática demandam estudos específicos, que poderão apontar a melhor solução (escada, elevador, canal de derivação, manejo da fauna aquática entre outros), não devendo ser generalizado. Diante do exposto propõe-se alterar a ementa do projeto conforme a seguir:

“Dispõe sobre dispositivos de transposição hidroviária de nível, no Sistema Hidroviário Nacional”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

Comentário. Sugere-se a retirada, dado que esse artigo reproduz o disposto na ementa.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 1º

§ 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis." (NR)

Comentário. O art. 1º da lei 9074/1995 estabelece a sujeição ao regime de concessão e permissão de serviços e obras públicas de competência da União, sendo inadequado para receber o dispositivo proposto. Sugerimos que a redação seja retirada ou inserida em Lei mais apropriada, a exemplo da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. Além disso, é importante destacar que o simples planejamento dos locais previstos para a construção de dispositivos de transposição hidroviária não é suficiente para assegurar a viabilização da infraestrutura viária adequada que, de acordo com o §1º do art. 3º da Lei 10.233, deve ser entendida como aquela que resulta no mínimo custo total de transporte (investimento, manutenção e operação dos sistemas de transporte). Assim propõe-se a seguinte redação:

"Art. 2º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 4º-A:

"Art. 4º-A União e os Estados se articularão para o planejamento da expansão do SNV e da infraestrutura adequada de transporte aquaviário e terrestre.

§1º Os Planos da expansão do SNV e da infraestrutura adequada de transporte aquaviário e terrestre terão horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

§ 2º O planejamento de que trata o caput será norteado pelas diretrizes gerais

do gerenciamento da infra-estrutura e da operação dos transportes aquaviários.

§ 3º A definição de futuras hidrovias com suas características básicas de calado, de fluxo de transporte esperado de pessoas e bens e localização de eventuais dispositivos de transposição hidroviária de níveis deverá estar de acordo com o disposto nos Planos de Recursos Hídricos, de que trata o art. 6º da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.” (NR)”

Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

Comentário.Cumpramos observar que a necessidade de energia elétrica não se vincula às necessidades do transporte hidroviário, havendo de fato cronogramas de implantação diferentes, que devem ser inseridos em planejamentos setoriais autônomos. A condicionante pode travar o processo de outorga de uso dos recursos hídricos da usina hidrelétrica na ausência de informações suficientes do transporte aquaviário para a avaliação pretendida e dever-se-ia impor a consonância ao planejamento do transporte aquaviário, sem o qual faz pouco sentido. Também, O caput limita-se a rios da União o que não é adequado. Assim sugere-se a seguinte redação:

“Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 13- A. Nas outorgas de uso de recursos hídricos deverá ser garantida a separação e a independência dos aproveitamentos de cada uso no que se referem aos custos, estudos, processos, projetos, licitações e operação, respeitadas as áreas de competência de cada órgão responsável pelos respectivos usos.

§ 1º A outorga de uso de recursos hídricos para o setor hidroviário ficará condicionada à identificação global dos impactos físicos e econômicos sobre os demais usos dos recursos hídricos afetados, a montante e a jusante, e à preservação dos contratos de concessões e dos atos de outorga de autorização existentes, incluindo a hipótese de indenizações financeiras, nos seguintes casos:

I – para dispositivos de transposição hidroviária de níveis em barragem existente;

II – para aproveitamento que envolva o barramento de hidrovias existentes.

§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o *caput* será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.

§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

Comentário. Diante da proposição do novo art. 13-A, sugere-se a retirada destes parágrafos, porque versa sobre a dinâmica dos estudos. O ponto é que o equacionamento deve ser construído, à luz do princípio da separabilidade de processos, implantação e projetos de tal maneira que os outros usos não sejam afetados pelo descumprimento de prazos ou ausência de interessados para a realização dos estudos de disposição de transposição hidroviária. Essa estruturação merece ser realizada com muito cuidado até porque já existe alguma legislação atinente no setor de transporte e de recursos hídricos.

§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

Comentário. Diante da proposição do novo art. 13-A, sugere-se a retirada deste parágrafo, posto tratar-se do mesmo assunto

§ 4º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

I - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.

II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

Comentário. A Lei supracitada, em verdade não se corresponde com qualquer planejamento, sendo anacrônica. Não deve ser referenciada. Tanto os cursos d'água navegáveis quanto os potencialmente navegáveis devem ser elididos pelo planejamento setorial. Faz pouco ou nenhum sentido afirmar-se que são potencialmente navegáveis ainda que não sejam relacionados em algum documento. Mais ainda, tal documento deve considerar seriamente a inter-modalidade e os cenários de longo prazo.

Sugerimos a seguinte redação:

“§ 2º Consideram-se, para os efeitos dessa Lei, como cursos d’água, navegáveis ou potencialmente navegáveis, as correntes, trechos de rios ou vias que assim sejam definidos em conformidade com o planejamento setorial que considere calado mínimo e máximo, bem como a intermodalidade, de mínimo custo e de longo do prazo, aprovado pelo Poder Competente.

§ 5º Não se aplica o disposto no *caput*:

I - aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.”
(NR)

Comentário. Não há porque vincular a navegabilidade à potência de aproveitamentos hidrelétricos. Propõe-se a supressão do parágrafo.

Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.

Comentário. A disposição do art. 4º busca definir que a operação de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis se caracteriza como serviço público. No entanto, é preciso lembrar que a Lei nº 9.074/1995 já estabelece que a exploração de obras ou serviços federais de barragens, contenções, eclusas, diques e irrigações, precedidas ou não da execução de obras públicas, sujeitam-se ao regime de concessão ou, quando couber, de permissão, nos termos da [Lei no 8.987/1995](#). A proposta apresentada limita a operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis somente à outorga de concessão, excluindo a possibilidade de permissão. Nesse sentido cabe a proposição da seguinte redação para o artigo em comento:

“Art. 4º O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de

água em que forem implantados, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A outorga para a exploração de dispositivo de transposição hidroviária de níveis em aproveitamentos hidrelétricos será independente e autônoma da outorga para fins de geração de energia elétrica.

§ 2º É de responsabilidade do prestador do serviço público de que trata o **caput** a execução ou a contratação das obras necessárias para a exploração de dispositivo de transposição hidroviária de níveis, respondendo inclusive pelo ressarcimento por danos eventualmente causados às instalações já existentes.”

Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou

II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou

III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.

§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 3º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão

gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

Comentário. A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

Comentário. Não se apresentam observações contra a disposição do § 5º do art. 5º. Mas em função da supressão do referido artigo e dos incisos I a III, e §§ 1º a 4º, sugere-se a sua transformação em um artigo, com algumas adequações na redação de forma a compatibilizá-la às propostas apresentadas, como se segue:

“Art. 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço público de exploração de dispositivo de transposição hidroviária de nível, os custos desta não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.”

Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º

.....
“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características.” (NR)

Comentário. Não se deve dar à ANA, como agência reguladora e fiscalizadora dos recursos hídricos, o papel executivo de agente de governo planejador de hidrovias, muito menos de forma totalmente discricionária. Propõe-se a supressão do artigo.

Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....
V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR)

Comentário. Sem comentários de mérito já que se trata de atribuições de órgão fora do setor elétrico. Contudo, verificando-se o inciso V original, aparentemente merece reflexão da área de transporte aquaviário. Ainda assim sugere-se a alteração da redação de forma a contemplar exclusivamente o transporte aquaviário, como se segue:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....
V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União;” (NR)

Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....” (NR)

Comentário. Sem comentários de mérito já que se trata de atribuições de órgão fora do setor elétrico. Está por inserir no texto original dos dois incisos citados, “inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União”. Todavia elimina parte final do texto original que deveria merecer reflexão do DNIT. Ainda assim, sugere-se a alteração da redação de forma a contemplar exclusivamente o transporte aquaviário, como se segue:

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....” (NR)

Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de

outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:

I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;

Comentário. A definição do calado, caso a caso, não pode ser predeterminada por lei, nem que seja por uma regra qualitativa. Propõe-se a retirada da disposição.

II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.

Comentário. Pode imputar custos desnecessários ao equipamento de transposição de níveis. Em suma, este tema deve ficar a cargo do planejamento setorial e estabelecido na outorga, não sendo matéria legal, mas tão somente tema técnico definido no ato de outorga.

Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.

Parágrafo único, além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.

Comentário. A construção de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva referem-se a mecanismos de transposição de barragens visando a manutenção e proteção da fauna aquática. As propostas associadas a mecanismos de transposição dessa natureza demandam estudos técnico-científicos específicos, cujos resultados deverão apontar a melhor solução, quais sejam: escada, elevador, canal lateral ou mesmo o manejo da pesca a montante e a jusante da

barragem. Esses estudos específicos, consideram as peculiaridades da ictiofauna associada a cada bacia hidrográfica, tais como hábitos alimentares e reprodutivos e suas estratégias de conservação. Estudos científicos tem demonstrado a ineficiência de alguns mecanismos de transposição, podendo ocasionar uma alteração de toda a estrutura da comunidade de peixes na bacia hidrográfica. Assim, os mecanismos de transposição para proteção da ictiofauna devem ser avaliados caso a caso, ao longo do processo de licenciamento de barragens e não devem ser uma justificativa para a construção de eclusas ou estarem associados a mecanismos de transposição hidroviária

Quanto à previsão de descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, salienta-se que para o setor elétrico a coordenação e controle da operação das instalações de geração no Sistema Interligado Nacional (SIN) são competência do Operador do Sistema Nacional (ONS) e da ANA, que de forma integrada, com transparência, equidade e neutralidade, define as vazões necessárias ao suprimento de energia elétrica e manutenção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica, garantindo a segurança, a continuidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica no país.

Com relação às descargas de água para transbordamento do rio, de forma a permitir a manutenção das lagoas marginais, ressaltamos que a importância desses ambientes para reprodução (locais de desova) ou alimentação de peixes está relacionada à manutenção da biodiversidade aquática, estando, portando, essas questões, devidamente regulamentadas na Política Nacional de Meio Ambiente e na Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio dos respectivos processos de licenciamento ambiental (EIA/RIMA) e outorga de direito de uso da água, associado a cada aproveitamento hidrelétrico. Diante do exposto, solicita-se a retirada do artigo 10 e seu parágrafo.

Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em

ambos os períodos.

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:

I - à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

II – à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

Comentário. A legislação ambiental vigente, em Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente já estabeleceu as diretrizes necessárias ao licenciamento que trata o artigo 11, haja vista os termos da resolução CONAMA 01/86;

“Art. 2º - Dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da SEMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

.....

VII - obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para quaisquer fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;”

De forma equivalente a Resolução CONAMA 237/1997, art. 2º, § 2º, estabeleceu que caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo I (Exemplo: Obras Cíveis, Uso de Recursos Naturais), levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Além disso considera-se:

1 - a importância de integrar o Planejamento do Sistema Hidroviário Nacional às diretrizes ambientais necessárias para mitigação e controle dos possíveis impactos associados à construção e operação dispositivos de transposição hidroviária de nível;

2 – que os critérios de exigibilidade e avaliação dos riscos e impactos ambientais são demandas já incorporadas no trâmite do processo de licenciamento ambiental para as atividades de Obras Cíveis, Geração

Hidrelétrica, Uso de Recursos Hídricos, dentre outras;

3 - que a outorga para operação de eclusas e de dispositivos equivalentes de transposição hidroviário de nível deve ser concedida de forma independente da outorga para exploração de potencial hidrelétrico; 4 – que a concepção, o projeto, a implantação e operação de empreendimento para aproveitamento hidrelétrico não prevê a construção parcial ou total nem a operação de eclusa ou de outro dispositivo de transposição hidroviário de nível, uma vez que trata-se de atividades cujas demandas são derivadas de Planos e Planejamentos Nacionais distintos;

5 – que a concepção, o projeto, a implantação e operação de empreendimento de eclusa ou de outro dispositivo de transposição hidroviário de nível, a partir das diretrizes estabelecidas do seu Planejamento Nacional Integrado poderá ser feita e de forma independente, concomitantemente ou não à construção do empreendimento hidrelétrico;

6 – que a interface proposta para o processo de licenciamento ambiental poderá se dar por meio de comprovação de Outorga de Concessão para exploração da atividade.

7 – que a critério do Ministério dos Transportes e ANTAQ poderão ser definidos por meio de instrumentos legais adequados os procedimentos técnicos normativos necessários para análise da viabilidade técnica e econômica da atividade;

Assim, recomenda-se a alteração do texto, na forma que se segue, tendo em vista que os aspectos ambientais já estão devidamente regulamentados na Política Nacional de Meio Ambiente:

“Art. 11. O licenciamento ambiental de dispositivos de transposição hidroviária de nível deverá atender à legislação ambiental vigente e demais normas ambientais federais e estaduais aplicáveis.

Parágrafo Único: No procedimento de licenciamento ambiental de eclusas e/ou dispositivos equivalentes de transposição hidroviário de nível deverá constar, a outorga de concessão para exploração e operação da atividade, emitidas pelos órgãos competentes.”

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

I – à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;

II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

Comentário. Com referência ao item I do art. 12, o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos aplicáveis, qual seja a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) que estabeleceu as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, portanto a matéria trata de procedimentos de licenciamento ambiental já estabelecido no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente.

Com referência aos itens II a IV do mesmo artigo, as legislações referentes às normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8.666/1993) e a que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei 8.987/1995) já prevêm as penalidades contratuais e administrativas, a que se sujeita a concessionária, conforme previsto em editais específicos.

Nesse sentido, solicita-se a exclusão do art. 12.

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

6. CONCLUSÃO